



INTERESSADO/MANTENEDORA: ECIT DONA ARLINDA PESSOA DA SILVA			MUNICÍPIO: JURU
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL E AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM AGRONEGÓCIO			
RELATORA CONSELHEIRA: AUDILÉIA GONÇALO DA SILVA			
PROCESSO Nº: SEE-PRC-2022/00977	PARECER Nº: 243/2022	CÂMARA OU COMISSÃO: CEMES	APROVADO EM: 08/09/2022

I - HISTÓRICO:

O Sr. Miguel Alves da Silva, representante legal da Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Ensino Médio Dona Arlinda Pessoa da Silva, localizada em Juru-PB, vem, pelo presente, requerer, ao CEE, **renovação do reconhecimento do Ensino Médio Integral e autorização e reconhecimento do Curso Técnico Profissionalizante em Agronegócio.**

II – ANÁLISE:

Na Análise nº 098/2022, consta que o Processo foi analisado pela assessora técnica Cláudia A. B. Vasconcelos com base nas Leis: nº 9394/1996, nº 12.796/2013, nº 14.415/2017; e nas Resoluções do CEE/PB: nº 340/01, nº 340/06 e nº 200/2021.

Após a análise da documentação, a assessora técnica certificou que o corpo técnico-administrativo e os docentes estão habilitados legalmente para exercer suas funções, a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar estão conforme preceituam as legislações e os demais documentos atendem as exigências legais.

No Relatório de Inspeção Prévia do Núcleo de Acompanhamento à Gestão Escolar da 11ª Regional de Educação com sede em Princesa Isabel, afirma-se que o estabelecimento escolar apresenta estrutura física adequada para a realização das funções educacionais a que os espaços se destinam e atende ao que dispõe a Resolução CEE nº 298/2007, que trata da acessibilidade. Afirma-se também que o corpo técnico-administrativo e o pedagógico da escola bem como o corpo docente são qualificados e habilitados para o exercício de suas funções.

III – PARECER:

Com base nas informações que constituem esse Processo, no exposto na Análise da Assessoria Técnica deste Conselho e no Relatório do NAGE da 13ª Regional de Educação, somos de parecer favorável à **renovação do reconhecimento do Ensino Médio Integral, à autorização e ao reconhecimento do Curso Técnico Profissionalizante em Agronegócio, pelo período de 4 (quatro) anos.**

Outrossim, fica a recomendação deste Conselho que o Projeto Político Pedagógico, a Matriz Curricular e o Regimento Interno da **Escola Cidadã Integral Técnica Dona Arlinda Pessoa da Silva** sejam adequados ao Novo Ensino Médio, conforme as Regulamentações: Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Portaria do MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio; Resolução Normativa do CEE/PB nº 296, de 17 de

dezembro de 2020, que aprova a alteração na matriz curricular do Ensino Médio da Paraíba – RCPBEM; e a Resolução nº 410/2021, que institui e orienta a implementação do referencial curricular da Paraíba para o ensino médio, como referência para elaboração dos currículos das instituições integrantes do sistema estadual de ensino da Paraíba, e estabelece diretrizes complementares conforme dispõe a Resolução CNE/CEB Nº 3/2018, e dá outras providências.

É o parecer, salvo melhor juízo.

João Pessoa (PB), 8 de setembro de 2022.

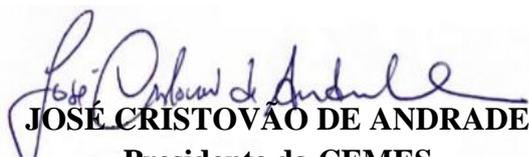


AUDILÉIA GONÇALO DA SILVA
Relatora

IV – DECISÃO DA CÂMARA:

A Câmara de Ensino Médio, Educação Profissional e Ensino Superior – CEMES aprova, por unanimidade, o presente Parecer nos termos do Voto do Relator.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 2022.

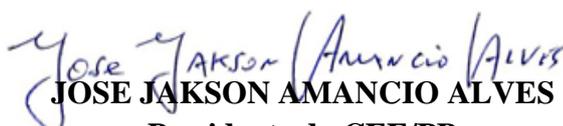


JOSÉ CRISTOVÃO DE ANDRADE
Presidente da CEMES

V – DECISÃO DO PLENÁRIO:

O Plenário do Conselho Estadual de Educação da Paraíba – CEE/PB decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto do Relator.

Sala das Sessões Plenárias, em 8 de setembro de 2022.



JOSE JAKSON AMANCIO ALVES
Presidente do CEE/PB